

Literatura: gramática e civilidade

Olgária Matos

Resumo: A cultura no capitalismo contemporâneo modela-se pela obsolescência permanente, pela temporalidade das mídias de telecomunicação, produzindo mutações nas formas de socialidade, em particular no papel da literatura no mundo contemporâneo. Na impossibilidade de discernir valores, a literatura não é mais considerada elaboração literária, do pensamento e da sensibilidade. Quando a educação não é mais compreendida como dimensão de conviviabilidade, a literatura perde o sentido da experiência intelectual e ética, o que resulta no debilitamento cognitivo, no aumento e saturação de informações. **Palavras-chave:** educação literária, conviviabilidade, processo civilizatório.

Abstract: *In the contemporaneous capitalism, culture has been framed by a continuous obsolescence and by the temporality of the means of communication, producing mutations in the structure of the society and particularly in the role of the actual literature. Aiming at the impossibility of discerning values, literature may not be considered anymore a literary accomplishment of the thought and the sensibility. When education is not apprehended as a dimension of conviviality, the realm of literature loses the intellectual experience sense and ethics causing the weakness of cognition, the increase and the saturation of information. **Keywords:** literary education, conviviality, process of civilisation.*

○ *Instituto Nacional da Saúde e da Pesquisa Médica*,¹ em um estudo inspirado na classificação norte-americana dos “desvios de atenção” ou “hiperatividade na infância”, alojou-os na patologia “perturbação de conduta”. Os trabalhos sobre a dificuldade de concentração se inscrevem, de certo modo, na maneira pela qual esta é mobilizada pelas novas tecnologias da informação (que já constituem uma forma de educação) e, por isso, ela é tomada, fundamentalmente, como “mercadoria”. Isto significa o cálculo, por parte das emissoras, do que denominam “tempo cerebral disponível”, tanto mais valorizado quanto a atenção pode ser perfeitamente controlável, para uma audiência de televisão. A mesma pesquisa, embora não fosse seu alvo, reconhece que captar a atenção destrói não só a atenção quanto a própria capacidade de “poder ser atento”, sublinhando que a primeira questão que se apresenta na gênese dessa patologia é a da linguagem. Como “circuito de trocas simbólicas”, a perturbação em seu desenvolvimento “entrava o começo de uma boa sociabilidade, interfere na qualidade da comunicação e favorece a expressão de reações defensivas da criança”.

A língua é, por sua natureza, um meio simbólico de associação que constitui e exprime singularidades, no sentido em que a livre circulação da palavra supõe cada um tomando a palavra como ato personalíssimo – o que requer a atenção entre quem fala e quem escuta. A língua – *medium* de individuação e de intersubjetividade – é modo de associação e participação, cuja quintessência foi a *polis* clássica. Esta consistiu na decisão política e intelectual, levada a termo por Clístenes, de transformar uma população – dispersa em um mesmo território – em povo, em identidade coletiva, em pertencimento a um destino comum. No compartilhamento de esperanças e valores dignos de renome e fama, havia a elaboração de um Ideal de Ego que, na sociedade, se estabelece como superego, como costumes, ética e moral. As leis de Clístenes agora favorecem reunir-se a outras pessoas, fora do âmbito restrito e familiar, a objetos de afeto, ternura, admiração e sublimação que são o *demos* e a *philia*: “a sociedade grega”, escreve Bernard Stiegler, “constituiu-se pela socialização participativa da escrita alfabética, como técnica de memória e trocas simbólicas. É pela prática desta técnica que se realiza o cidadão – e de maneira tal a modificar a relação com a língua que se torna assim um *logos* – como cidadão, isto é, como sujeito de direitos”.²

Porque os sofistas procuravam utilizar a linguagem dissociada da escrita e, com isso, mobilizar sentimentos e induzir comportamentos – valendo-se do fato de que a língua de origem é falada antes e independentemente de se conhecerem as regras da

¹ Trata-se do *Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale* (Inserm), dossiê publicado a 22 set. 2005.

² Cf. STIEGLER, Bernard. *La télécratie contre la démocratie*. Paris: Flammarion, 2006, p. 33.

gramática –, essa dissociação tende a converter a língua em instrumento de poder, ameaçando a vida da cidade. Por essa razão, Platão busca na linguagem que se faz consciente de si o que permite estabelecer uma cidadania, com a condição de que a cidade consinta no esforço indispensável à organização de um novo dispositivo de associação: a escola. Espaço de individuação, a escola é lugar, levado ao apogeu, de cidadania política. Pois falar uma língua é algo diverso de dominá-la para não ser dominado. De onde os mestres – os *grammatistès* – darem acesso às letras, retirando-as de sua condição de *grammar*, de “conhecimento oculto”: “para quem sabe ler e escrever, coisas impossíveis serão igualmente fáceis”.³ À distância da naturalidade da língua falada, a escola na Grécia clássica ensina que ela é o “processo de adoção” de uma matriz identificatória que substitui a maneira tradicional da parentalidade pela da *philia*. Esta significa o amor da cidade por si mesma, através de um programa político fundado na lei comum, legível e criticável por todos. Anota Stiegler:

[...] desde sua origem grega, [...] a escola foi um lugar de adoção [porque não se trata de saberes a que se acede sem necessidade de instrução] que forma uma *philia* pela constituição de um ideal do Ego, mas que é também, como *demos*, o povo enquanto ideal da população que não é mais o grupo étnico. Esta escola é o próprio núcleo da democracia.⁴

A democracia moderna procurou também uma identidade coletiva a partir de textos canônicos e valores comuns a todos os habitantes do território. A partir de Luís XIII e Luís XIV, para que os saberes e a literatura não pertencessem apenas à língua latina praticada em mosteiros e universidades, criaram-se Academias, transferindo-se os cuidados com a educação de Versalhes a Paris, centro, agora, da República das Letras – o que significou que a corte passou a viver estreitamente associada às Academias do rei. Nesta época, mostra Marc Fumaroli, o *grand monde* torna-se público e árbitro da grande reputação de que passam a desfrutar o livro, a língua e a literatura francesa. Luís XIV promove a *koiné* francesa, enfático em criar uma identidade coletiva compartilhada e valorizada por todos:

³ Cf. SLOTERDIJK, Peter. *Regras para o parque humano*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000, p. 11. O autor observa: “o conhecimento da gramática equivalia, antigamente, em muitos lugares, à mais pura feitiçaria e, de fato, já no inglês medieval, a palavra *glamour* desenvolve-se a partir de *grammar* [...]. Onde o alfabetismo tornou-se fantástico e imodesto produziu-se a mística gramatical ou literal, a cabala, que busca delirantemente obter *insight* sobre o modo de escrever do criador do mundo”

⁴ Cf. STIEGLER, Bernard. *La télécratie contre la démocratie*, op. cit., p. 167.

Em Paris, como [o latim] na Roma de Tito Lívio, o francês literário e o da conversação, diferentemente do que se passava na Itália, eram uma mesma língua, língua que interiorizara, por assim dizer, as exigências retóricas da *urbanitas* latina: clareza, precisão, delicadeza, naturalidade [...]. ‘Viver nobremente’, este modo aristocrático de ser, cuja superioridade fora estabelecida pela Antiguidade grega, permaneceu na França, em tempos de paz, o único ideal, apto a rivalizar com a ‘vida contemplativa’ do monge, o que supõe [...] o atrativo da vida dos castelos e a companhia urbana, e a prática desinteressada das disciplinas do espírito tomadas de empréstimo a eruditos e letrados. A *skolé* dos gregos, o *otium* dos latinos são o ideal comum, partilhado por letrados e fidalgos.⁵

Se, sob Luís XIV, a língua e a literatura francesa foram decretadas bem de utilidade pública, é por ser o francês – a igual título que a língua grega na Grécia clássica – fator de identidade coletiva e nacional, a transformar uma população em povo, constituindo uma *philia* social, uma subjetivação individual e coletiva que se chamaria Nação. Segundo Stiegler:

A Academia Francesa, criada em 1635, é propriamente uma instituição da realeza visando a engendrar um *espírito* nacional. Ela definiu a Nação, no fim do século XVII, em seu primeiro *Dicionário*, como o conjunto dos habitantes de um país partilhando as mesmas leis, a mesma língua, valores comuns, reconhecendo-se todos, nesses valores.⁶

O bem-falar e o bem-dizer constituem formas de civilidade, como as maneiras. **A** partir da Revolução Francesa, com o desaparecimento das hierarquias sociais fundadas na honra e na consanguinidade, na passagem do Antigo Regime baseado em privilégios para a democracia, o estilo de vida e as maneiras da corte se democratizam, na preocupação com respeito ao Outro:

[...] pela distância e distinção que elas instauram, as maneiras podem dar a conhecer a qualidade ou o valor, podem também lesar e humilhar, provocar amargura e ódio. Têm, não obstante, por função, estabelecer formas de mediação, prevenir o contato direto dos corpos. Tentam impedir a irrupção da imediatidade, da violência e entendem assim proteger o eu profundo.⁷

5 Cf. FUMAROLI, Marc. *Quand l'Europe parlait français*. Paris: Ed. de Fallois, 2001, p. 41-35.

6 Cf. STIEGLER, Bernard, op. cit., p. 72.

7 HAROCHE, Claudine. Des formes et des manières en démocratie. *Raisons Politiques*, Paris, n. 1. p. 92, février 2001.

Neste sentido, Norbert Elias refere-se aos tratados de educação dos príncipes, aos manuais de civilidade e etiqueta voltados aos nobres e, mais tarde, aos burgueses, tratados que procuravam modelar e influenciar temperamentos, sentimentos e condutas institucionalmente valorizados, concorrendo para os processos de socialização. Neste horizonte, a República das Letras é o apogeu do “Estado Cultural”,⁸ onde a língua literária – a língua que se faz consciência de si – é, por excelência, instituição socializadora e civilizatória. Além disso, uma vez traduzida pelos humanistas para o latim, a literatura grega e o estudo da gramática alteraram não só o conhecimento do grego mas a própria percepção do passado e da língua latina, conferindo-se à arte de falar de maneira adequada – a retórica – muito mais que a fórmula para se expressar de modo elegante, pois é ela que permite efetiva participação nos assuntos da cidade. Humanistas como Alberti e Vergério não aceitavam – ao contrário, agora se estranhava – o que Platão dizia dos sofistas, pois não concebiam a vida política e a liberdade sem a participação nas disputas próprias à vida republicana.⁹ A ideia da formação de cidadãos ativos não se dissociava, por sua vez, de uma pedagogia e da eficácia dos *studia humanitatis*. Nos tratados da época, *Della famiglia* de Alberti e *De ingenuis moribus* de Vergério, enumeram-se as obrigações dos pais com os filhos – que incluíam educá-los em uma bela cidade –, enfatizando-se a aquisição das artes liberais – aquelas que se conseguem através dos livros considerados canônicos – que se tornam patrimônio da vida inteira, independentes que são com respeito às condições materiais de vida de cada um, pois estas, diversamente da posse definitiva dos saberes literários (que propiciam abrandamento dos costumes e tolerância), podem sofrer os reveses da fortuna. Uma boa educação jamais se perde e é um bem mesmo para quem não nasceu em família abastada ou em uma cidade de grande reputação e fama, pois a educação permite reunir “o que foi dado pela natureza” e a beleza das artes liberais. Embora distante do princípio do direito de acesso de todos à educação – que viria a ser um objetivo essencial do pensamento republicano moderno –, importa aos humanistas a aquisição da *virtù* pela educação; por isso esta – e não a riqueza ou o nome de família – deve ser louvada:

8 Marc Fumaroli considera a formação da civilidade francesa a partir da decisão, tanto política quanto cultural, de fortalecer a cultura como laço de coesão social e de *philia* política. Cf. *Quand l'Europe parlait français*, op. cit.; *La diplomatie de l'esprit*. Paris: Gallimard, 2002; e *L'état culturel*. Paris: Ed. de Fallois, 1992.

9 Recusava-se, sim, a dialética escolástica e suas querelas que pouco tinham relação com o corpo social. Cf. Lourenço Valla e Alberti, entre outros; BIGNOTTO, Newton. *Origens do republicanismo moderno*. São Paulo, Belo Horizonte: Humanitas, UFMG, 2001.

Manifesto é, pois, que a verdadeira nobreza existe só pela virtude da alma. A abundância de riquezas, ou a grandeza das gerações passadas, não poderá dar ou retirar nobreza, pois sua sede própria é a alma, que a natureza, imperatriz de todas as coisas, coloca igualmente em todos, desde o nascimento, não por dom hereditário, mas por doação e graça divina.¹⁰

Como demonstração, Sócrates é citado: homem pobre, filho de uma parteira, mas que mudou a filosofia e se transformou em um dos mais importantes personagens de todos os tempos. O aprender só depende, para o humanista, de gosto e de talento, e não de qualidades consanguíneas e hereditárias.

Para a arte de viver é primordial o conhecimento da língua e da literatura, que têm força emancipadora, pois concorrem para desfazer tudo o que obscurece e prejudica as relações entre os homens no espaço da cidade. Assim, os “Livros Sagrados”. Eles só o são quando se desconhece sua língua, de onde resultam atitudes supersticiosas, como a crença em intervenções divinas e milagres. Marilena Chauí, ao analisar a crítica espinosana da superstição, observa que só há decreto divino para o leitor que desconhece a gramática hebraica. Por isso, Espinosa mostra que a Bíblia não é de autoria divina, nasce, sim, de necessidades históricas da época em que foi escrita:

Aquele que pretende conhecer um texto é obrigado a assumir a natureza textual do objeto que investiga. A regra fundamental do trabalho histórico consiste em nunca perder de vista a língua em que o documento foi escrito [...]. A linguagem [...] é a única via de acesso à mente dos hebreus, ao espírito hebraico, isto é, a seu sentido. Na produtividade corpórea da linguagem inscreve-se a produtividade mental do sentido[...]. Portadora de sentido, a linguagem faz com que o ato de ler a Escritura seja o de buscar o *espírito* de sua *letra*. Nem espiritualismo metafórico nem farisaísmo da letra: a filologia do *Teológico-Político* não admite a separação da forma e do conteúdo.¹¹

O estudo das línguas e os *studia humanitatis* trazem consigo o autodomínio como Ideal de Ego da Cidade, autodomínio que viria a se constituir como o ideal da vida civilizada, pois o cidadão, diferentemente do guerreiro antigo que não necessitava dar prova de grande contenção, deve ocupar-se cada vez mais do comportamento na *polis*. Assim, o humanismo cívico da Renascença cria a *politesse* a partir da “graça”.

¹⁰ Cf. MONTEMAGNO, Buonaccorsi. De Nobilitate. *Prose e rime de due Buonaccorsi de Montemagno*. Firenze: Stampa di G. Meuni, 1718.

¹¹ CHAUI, Marilena. O hieróglifo decifrado: escrever e ler. *Política em Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 19.

Proveniente do grego, *charis* significa o “reconhecimento” e “o ato com o qual se adquire reconhecimento”¹² Graça é “favor, crédito, influência” e, também, força de atração, beleza”.¹³ No âmbito moral, a graça é virtude e atitude, predisposição natural que incita a amar e a fazer o bem.¹⁴ Encontrada na teologia, na política e na estética, a graça diz sempre respeito a um Outro e ao sentimento que suscita, implicando ação de dar e receber, sendo a regra universal da vida dos cortesãos”.¹⁵ Na tradição de Aristóteles, “cortesia” é senso de medida à qual se acrescenta a discricção, propiciando a cada um evitar excessos e buscar o justo-meio, enfatizando-se o decoro. Iniciada nas cortes medievais, a *curialitas* – a “cortesia” – era a “nobreza dos modos”.¹⁶ O campo semântico da urbanidade abrange os escritos da Roma Antiga, Ovídio e Cícero – cujas reflexões contrapunham à *villania* amor e boas maneiras, a *urbanitas* vencendo a *rusticitas*. Para Cícero, um cavaleiro devia prezar ao máximo a lealdade, a generosidade, a *franchise*. Convinha-lhe ser também *leteratus* – o letrado capaz de compor e entender versos em latim, para o aprimoramento do espírito e do convívio público. Foi Cícero quem no século I a.C. criou a palavra *humanitas* para falar do povo romano que alcançara sua identidade através do cultivo da literatura e da filosofia grega, tornando-se através delas “fino, morigerado e *humanus*” Humanismo e valores morais reuniam, assim, “aquele misto de erudição e urbanidade que só podemos circunscrever”, como observa Panofsky, “com a palavra tão desacreditada: Cultura”.¹⁷ Sua autarquia evidenciava-se em saberes

- 12 Cf. MEILLET e ERNOUT. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. Paris: Klincksieck, 1959-1960. No *Thesaurus linguae latinae* define-se “graça” nos termos segundo os quais ela é a inclinação da alma a fazer o bem gratuitamente ou a resposta a algum benefício recebido, aplicando-se a pessoas e a coisas: se a pessoas, ela é o conjunto das qualidades que definem quem é agradável aos sentidos e ao espírito; é, pois, uma espécie de beleza que indica a gentileza e *politesse*, a delicadeza nas maneiras e nos comportamentos.
- 13 WOLFF, Francis. *Aristóteles e a política*. 2. ed. Trad. Thereza Christina Ferreira Stummer e Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Discurso Editorial, 1999, p. 14.
- 14 Em Teologia, a graça é uma dádiva de Deus ou a própria bondade divina. No direito, a graça é um ato de magnanimidade do poder que, pelo interesse público, pode revogar uma condenação. Cf. *Le Petit Robert: Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*, révisé et enrichi par Alain Rey. 2^{ème} édition. Paris: ed. Robert, 1991, p. 142.
- 15 Baldassar Castiglione, de formação humanista, tem sua obra publicada pela primeira vez no ano de 1528, em Veneza.
- 16 Cf. BURKE, Peter. *As fortunas do cortesão*. Trad. Roberto Leal Pereira. São Paulo: Unesp, 1997, p. 25. “Cortesia” ingressa no latim na passagem do século XI ao século XII.
- 17 Cf. PANOFSKY, Erwin. *O significado das artes visuais*. Trad. J. Guinsburg, Maria Clara F. Kneese. São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 20.

valorizados, os *studia humanitatis*, praticados como “educação liberal”, isto é, dos livros, e é educação literária, a que deram continuidade os sábios italianos do século XIV.¹⁸ Na primeira metade do século XV, os *studia humanitatis* consistiam em um ciclo claramente definido de disciplinas intelectuais – a gramática, a retórica, a história, a poesia e a filosofia moral –, e excluía, de certo modo, a lógica, a filosofia natural, a metafísica, as matemáticas, a astronomia, a medicina e a teologia. Tratou-se de uma decisão de valorizar mais a cultura da sociabilidade, da civilidade, da *politesse* do que a “cultura científica”, por encontrarem-se os *studia humanitatis* diretamente associados à constituição do laço social e ao saber viver.

A importância da transmissão da cultura literária através da escola nasce do projeto dos enciclopedistas, da Revolução Francesa e do estabelecimento da educação nacional, iniciado por Condorcet em uma época democratizante que concebia a ampla formação do povo para que pudesse governar e decidir sobre todas as questões, visando à liberdade e à felicidade na vida em comum dos homens, fazendo da cultura um bem compartilhado, uma memória comunicada como patrimônio coletivo, direito de todos na alternância das gerações. Nas novas instituições do saber fundadas pela Revolução – as bibliotecas públicas, os museus de História natural, das Artes e da Técnica, assim como as novas escolas primárias e as especializadas –, o saber deveria circular como um livro aberto. Na Paris revolucionária e pós-revolucionária,

[...] o conhecimento do mundo foi canalizado em novos modos de circulação e representado simbolicamente. Os novos museus, com suas novas formas de organização e de exposição – a galeria dos quadros do Louvre, o Museu de História Natural, o Conservatório das Artes e Ofícios, o Museu dos Monumentos Franceses – tornam-se os lugares da legibilidade do mundo.¹⁹

18 Pense-se em Dante e Petrarca. Cf. PFEIFFER, Rudolf. *Humanitas erasmiana*. Leipzig/Berlin: Studien du Bibliothek Warburg, 1931.

19 STIERLE, Karlhenz. *La capitale des signes: Paris et son discours*. Paris: Ed. Maison des Sciences de l’Homme, 2001, p. 3. Todas estas instituições dizem respeito a uma memória organizada e participativa da escrita alfabética como forma de troca simbólica – o que se encontra em questão no momento em que as novas tecnologias da comunicação promovem uma dissociação entre escrita e língua, por um lado, entre democracia produtora de socialização, de singularidades, subjetividade e a pseudoparticipação das tecnologias de comunicação, de outro, pois não estão, ainda, voltadas para a transindividuação das organizações políticas e sociais. Segundo Bernard Stiegler, as indústrias de programas, sobretudo televisivos, impõem ao meio associativo que é a Internet não relações entre indivíduos, mas investimentos relacionais dirigidos para a lógica das mercadorias, controlando, assim, as “trocas simbólicas”, dessimbolizando, dissociando. Cf. STIEGLER, Bernard. *La télécratie contre la démocratie*, op. cit.

A educação constitui-se como uma reflexão acerca das experiências históricas e existenciais, legadas pelo tempo, visando à autonomia que é, por isso, princípio regulador, fundamentado na ideia de humanidade e de sua destinação. Lembre-se que, desde a Grécia clássica, passando por Lutero, Ignácio de Loyola, Condorcet até Jules Ferry, a alfabetização e a educação nacional representaram a operação política de maior envergadura por significarem – no caso da França e dos países que acompanharam os valores republicanos – a constituição de um povo que não seria mais apenas população, por fortalecerem, assim, uma organização democrática, cosmopolita e universalizável. Neste sentido Jacques Rancière observa:

A República nascente [que se seguiu à Revolução Francesa] subscreve o programa de refazer um tecido social homogêneo que suceda, para além do dilaceramento revolucionário e democrático, o antigo tecido da monarquia e da religião. Eis por que o entrelaçamento da instrução e da educação lhe é essencial. As frases que introduzem as crianças da escola primária no universo da leitura e da escrita devem ser indissociáveis das virtudes morais que lhe determinam o uso [...]. O programa de Jules Ferry [em 1903] baseia-se na unidade da ciência e unidade da vontade popular. Identificando república e democracia como uma ordem social e política indivisível, Jules Ferry reivindica, em nome de Condorcet e da Revolução Francesa, um ensino que seja homogêneo em todo o país, do mais alto grau ao mais elementar. De onde o desejo de suprimir as barreiras entre o primário, o secundário e o ensino superior.²⁰

○ Iluminismo e a Revolução Francesa encontravam na educação o fortalecimento político e espiritual da democracia, e esta foi exitosa em seu projeto civilizatório porque entendeu que a educação, a cultura e as artes eram um bem a que todos tinham igualmente direito, prevenindo o miserabilismo de instituir-se como política de Estado, bem afastada dos moldes das políticas educacionais contemporâneas, segundo as quais “é melhor dar pouco para muitos do que muito para poucos”. Entendeu que um povo começa a existir por suas necessidades espirituais.

²⁰ RANCIÈRE, Jacques. *La haine de la démocratie*. Paris: Ed. La Fabrique, 2005, p. 73. Trata-se de uma atitude em tudo diversa das propostas do monopólio dos cursos pré-vestibular, que pretendem “um único e mesmo vestibular em todo o país”, com caráter de *training*, promovendo saturação de informações e o esvaziamento do sentido do conhecimento. O sistema francês, ao contrário, decidiu pela identidade coletiva e nacional através de suas instituições públicas de formação. O projeto civilizatório na França foi a convicção de constituir o povo através da educação universal, por isso esta é encargo da cidade.

Assim também ocorreu entre os séculos IX e XII na Europa Ocidental, com a criação das Universidades, cujo núcleo de origem foi teológico, seus intelectuais foram clérigos – “bons cristãos”, mas que preferiam os escritos do pagão Virgílio ao *Eclesiastes*, Platão a Santo Agostinho, pois Platão e Virgílio estão repletos de ensinamentos morais e científicos. Se é verdade que o mesmo pode ser dito do *Gênesis* – obra de ciência natural e de cosmologia –, o que distingue as fontes utilizadas é a atitude frente ao conhecimento e a incorporação do saber grego e árabe à cultura cristã. Para isso, os centros universitários que durante séculos atraíram intelectuais de todas as “nações religiosas”, ordens e procedências geográficas, eram centros de convivência “internacional”. Os primeiros intelectuais foram aqueles cujo trabalho era estudar e ensinar: “a primeira grande figura do intelectual moderno, nos limites da modernidade do século XII, foi Abelardo, o primeiro *professor* [...] ele acredita no valor ontológico de seu instrumento: o Verbo”²¹ O estudo tem a inteligência como arma eficaz, a única que pode conduzir às verdadeiras vitórias e que permite ingressar pouco a pouco nos mistérios de Deus. Desde o início, a dúvida como método: “nós nos dirigimos para a pesquisa duvidando, e pela pesquisa percebemos a verdade”, escrevia Abelardo, que, em seu livro *Sim e Não*, confronta passagens discordantes das Escrituras, para reduzir seu desacordo.²² Ensinava-se nas Universidades o saber greco-árabe, cuja tradução para o latim possibilitou a revolução cultural daquela época. Foram leitura e tradução para o latim o que permitiu a assimilação dessa cultura espiritual pelos intelectuais do Ocidente. Nos anos 1240, o rei castelhano Don Afonso X, El Sábio, auspiciou a Escola de Tradutores de Toledo, onde o grego, o latim, o árabe e o hebraico permeavam-se, como escreveu Haroldo de Campos, “em um confraterno e seminal movimento translático”.²³ A dimensão ética e política da literatura, em livros e traduções, consistiu em ter promovido um espaço convivial não excludente, plural e transcultural.

A extraterritorialidade com respeito ao poder é o acontecimento maior da história das ideias da Europa, que permitiu a transmissão das grandes obras e dos grandes autores, no sentido que lhes confere o historiador Jakob Burckhardt. Grandes são Êsquilo, Fídias, Platão, Plotino, Rafael, Galileu, Kepler. Mas não os grandes navegadores porque “a América poderia ser descoberta mesmo se Colombo tivesse

21 Cf. LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Trad. Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 39 e 47.

22 Cf. Idem. *Le temps des cathédrales: l'art et la société 980-1420*. Paris: Gallimard, 1976, p. 141 e ss.

23 CAMPOS, Haroldo de. De Babel a Pentecostes: uma utopia concreta. In: FABRINI, Regina (org.). *Interpretação*. São Paulo: Louise, 1998.

morrido recém-nascido. Mas *A transfiguração* não teria sido pintada se Rafael não o tivesse feito”.²⁴ Grandes são aqueles sem os quais o mundo seria incompleto.²⁵ Há nas grandes obras de arte e de pensamento desejo de imortalidade e garantia de duração. **P**or operar no curto prazo, a cultura no capitalismo contemporâneo se modela pela obsolescência permanente, pela temporalidade das mídias de telecomunicação, produzindo mutações nas formas de socialidade, em particular no papel da literatura no mundo contemporâneo. “Capitalismo cultural” é o modo de produção que integra as realizações espirituais no mercado consumidor segundo as determinações do custo-benefício e de amortizações rápidas de investimentos. A cultura como indústria corresponde à transformação da economia de mercado em sociedade de mercado, na qual nada escapa às leis da compra e da venda, tendo-se universalizado o “devir econômico da política”, sua conversão em economia, com o conseqüente encolhimento do espaço público e a proletarização crescente da sociedade com a miséria simbólica que isso implica. A cultura do capitalismo financeiro é a da simbiose acabada entre economia e cultura e se constitui pela dessublimação repressiva de desejos, pois só os libera para a ilimitação do consumo, produzindo carências e falta em permanência, de tal forma que – determinando uma cultura do excesso – a sociedade de mercado conduz à incivilidade. **O** que se denomina “indústria da cultura” – termo cunhado por Adorno nos anos 1940 –²⁶ significa que os bens culturais perdem sua autarquia, na seqüência do movimento geral

- 24 Cf. BURCKHARDT, Jakob. *Reflexões sobre a história*. Trad. Léo Gilson Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. Dentre os navegadores, “Colombo é grande”, mas apenas porque não hesitou, com os grandes de seu tempo, em assumir a teoria da forma redonda da Terra.
- 25 Walter Benjamin escreve que as obras de cultura “não nasceram apenas dos gênios que as criaram mas simultaneamente da anônima corveia imposta aos contemporâneos desses gênios. Não há um único monumento de cultura que não seja também um documento de barbárie” (BENJAMIN, Walter. Tese n.º VII, Sobre o conceito de História. In: LÖWY, Michel. *Aviso de incêndio*. São Paulo: Boitempo, 2006). Os valores universais, que acabavam por estabelecer hierarquias entre as culturas, permitiram, ao mesmo tempo, e porque neles todos fazem parte de uma mesma humanidade, elaborar todas as políticas que se organizam nas lutas pelo “direito à diferença”. A barbárie que é preservada no interior da cultura é sua reificação. Os bens culturais reificados são aqueles em que há autonomização e perda de seu sentido com respeito àqueles que os produzem e que deles são excluídos. Por isso Adorno anotou que “os deserdados da cultura são os verdadeiros herdeiros da cultura”.
- 26 Já em 1941, em seu *Eclipse da razão*, Horkheimer identifica as tendências à universalização do fetichismo, acompanhando-o desde o capitalismo liberal ao neoliberalismo. Em sua época liberal as relações sociais não estavam determinadas pelas leis do mercado, mas pela distribuição desigual do poder econômico. No neoliberalismo perde-se por completo “o sentido da dignidade humana”: a reificação é um processo cuja origem deve ser buscada nos começos da sociedade organizada e do uso de instrumentos. Contudo, a transformação de todos os produtos da atividade humana em mercadorias só se concretizou com a

de produção da cultura como mercadoria, “selando a degradação do papel filosófico-existencial da cultura”.²⁷ Com efeito, a perversão da tradição retórica do *humanismo* da Renascença – tradição que remonta aos sofistas gregos – continua em nossos dias, adaptada agora às determinações capitalistas – sua redução a fórmulas prontas e ideias feitas, a estereótipos e clichês, para facilitar o consumo e não perturbar expectativas. Os cursos de língua, redação e escrita criativa, de propaganda ou correspondência comercial são variações modernas da antiga tarefa da retórica, que procurava ensinar a expressão oral e escrita mediante regras e modelos.²⁸ Nas origens, retórica e gramática possibilitavam estudar os textos antigos, por facultar o ingresso em seus sentidos.

A educação adaptada às contingências do mercado de trabalho ou à aceleração das inovações tecnológicas coincide com o advento dos *experts* e dissolve a “cultura geral” na noção de “cultura média”, de estilo midiático, aquela produzida na sociedade de massa e que “tem por finalidade essencial preparar os jovens para entrar no mundo tal qual ele é”.²⁹ Em entrevista à *Télérama*, Tzvetan Todorov diz: “há algum tempo que, na escola, parou-se de refletir sobre o sentido dos textos e se passou a estudar preferencialmente os conceitos e métodos de análise [...]. Estou convencido de que, para aceder à ‘grande literatura’, deve-se primeiro aprender a amar a leitura [...]. Os fins da leitura de textos literários são os de melhor compreender o sentido deles e, por meio deles, o que nos dizem da própria condição humana”.³⁰ Que se pense então na separação, nas universidades brasileiras, dos cursos de Língua e Literatura, a partir da formalização da língua e da analítica da linguagem que é a “linguística”, na dissociação entre língua e literatura.³¹

emergência da sociedade industrial. “As funções outrora preenchidas pela razão objetiva, pela religião autoritária ou pela metafísica têm sido ocupadas pelos mecanismos reificantes do anônimo sistema econômico”. HORKHEIMER, Max. *O eclipse da razão*. Trad. Sebastião Uchoa Leite. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

27 SANTAELLA, Lúcia. *Comunicação e pesquisa*. São Paulo: Hacker, 2002, p. 39.

28 Cf. KRISTELLER, Paul Oskar. *El pensamiento renascentista y sus fuentes*. Trad. Federico Patán López. Madrid: Ed Fondo de Cultura Económica, 1982, p. 4. Outros autores, ao contrário, consideram o cancelamento do ensino da retórica nos anos escolares no início do século xx na França como sinal do declínio da cultura humanista e literária. Cf. *Dictionnaire de rhétorique*. Paris: PUF, 2000.

29 DUBET, François & DURU-BELLAT, Marie. *L’hypocrisie scolaire*. Pour un collège enfin démocratique? Paris: Seuil, 2000, p. 178.

30 Cf. Leitura e leitores. Apud COLI, Jorge. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, abril de 2006. Mais!, p. 2.

31 A hipertrofia do pensamento lógico-analítico nas humanidades e a crescente formalização do pensamento inscrevem-se na cientificação de todos os campos do conhecimento. Sua influência em análises de textos literários resulta em *training*. Horkheimer, em sua crítica ao pragmatismo como ideologia da sociedade industrial e à cultura dos esportes, considera que “os esforços teóricos tendem a uma inteligência atlética, muscular”. A crítica à linguagem se faz por ter ela cedido em sua autonomia, transformando-se em instrumento, só valorizada por sua

Neste âmbito, Horkheimer observa que a linguagem se tornou apenas mais um instrumento no gigantesco aparelho de produção da sociedade moderna, para a qual “o significado é suplantado pela função ou efeito no mundo das coisas e eventos [...] e para os semanticistas contemporâneos a sentença puramente sem sentido faz sentido.”³²

A Lei de Diretrizes e Bases do MEC, ao definir o ensino da língua e literatura brasileiras, estabelece que a língua portuguesa será considerada como “um instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e à cidadania” (artigo 36, parágrafo 1), ficando a cargo das escolas ensinar ou não um pouco de literatura. Operação complexa e de concentração, ela exige tempo, o que, segundo Peter Sloterdijk, consiste – para aqueles que cedem à simples oralidade e à compressão do tempo e a sua aceleração – em uma das piores provações. A leitura atenta equivale à tortura chinesa na qual a lentidão é a alma da crueldade:

Para os modernizadores, o mundo deveria ser construído de tal forma a que todas as situações possíveis pudessem ser formuladas em um *Basic English* – um princípio que funciona perfeitamente em aeroportos ou reuniões de conselhos empresariais, e por que não em outras situações? É que as práticas culturais mais desenvolvidas lhe são resistentes. É preciso dias inteiros para ler o *Fausto*. Uma obra como *Guerra e Paz* mobiliza o leitor durante várias semanas e quem quer que deseje se familiarizar com as sonatas para piano de Beethoven e os quartetos de corda do Reno deve consagrar-lhes muitos meses.³³

operacionalidade: “quanto mais as ideias se tornam automáticas, instrumentalizadas, menos alguém vê nelas pensamentos com significado próprio. São consideradas como coisas, como máquinas. A linguagem tornou-se apenas um instrumento no gigantesco aparelho de produção da sociedade moderna [...]. O significado é suplantado pela função ou efeito no mundo das coisas e dos eventos. Desde que as palavras não sejam usadas de modo evidente para [...] propósitos práticos, entre os quais se inclui o recreio e a distração, arriscam-se a serem suspeitas [...]. A verdade e as ideias foram radicalmente funcionalizadas e a linguagem é considerada um simples instrumento [...]. A diferença entre pensamento e ação é anulada, todo pensamento é considerado como um ato; toda reflexão é uma tese; e toda tese uma divisa ou um lema [...]. Assim que um pensamento ou palavra se torna um instrumento, podemos dispensar de ‘pensar realmente’, isto é, de examinar detidamente os atos lógicos envolvidos na formulação verbal desse pensamento ou palavra. [...]. Como se tem observado, a vantagem desse pensamento próprio à matemática – o modelo de todo pensamento neopositivista – reside justamente nessa “economia intelectual”. Complicadas operações lógicas são levadas a efeito sem real desempenho de todos os atos intelectuais em que estão baseados os símbolos matemáticos e lógicos. Tal mecanização é na verdade essencial à expansão da indústria”. Cf. HORKHEIMER, Max. Meios e fins (p. 30-1) e Ascensão e declínio do indivíduo. In: *Eclipse da razão*, op. cit.

³² Ibidem, p. 29-30.

³³ Cf. SLOTERDIJK, Peter. *Le palais de cristal: à l’intérieur du capitalisme planétaire*. Trad. Olivier Mannoni. Paris: Maren Sell Editeurs, 2006, p. 372-3.

○ *Basic English*, a língua instrumental da comunicação, é tomado, por sua hegemonia no mundo contemporâneo, como modelo para o ensino de todas as línguas – o que não permite “dominar” uma língua, pois isto exige esforço de atenção e compreensão do relevo das palavras na língua literária. Assim, o “português básico” participa da fórmula contemporânea da educação, quando se abandona o ensino da língua a partir de sua literatura, com a proliferação de disciplinas linguísticas antiliterárias. A literatura foi substituída nos currículos escolares e universitários pela fórmula “comunicação e expressão”. Esta, como observa Leyla Perrone-Moysés,³⁴ traz consigo a ideia niveladora e simplificada de mero “diálogo entre indivíduos”, grupos, professor-aluno etc., reduzindo-se a “norma padrão da língua” a simples “interesse de uma elite, preocupada em legitimar seu poder político e econômico”. Note-se que o crescimento do analfabetismo secundário é herdeiro direto da difusão de um ensino medíocre da língua sem literatura, de modo que elaborações minimamente complexas não chegam a ser compreendidas. Quanto à desregulamentação da língua e de suas normas públicas comuns a todos, ela se faz, em particular, pelo ideário da sociolinguística – para a qual “o errado é certo”, porque corresponderia a expressões próprias de comunicação de cada grupo, devendo desautorizar a língua “autorizada”, que é vista apenas como vontade de poder. Tal atitude justifica, de fato, a qualidade do português falado e escrito no Brasil, uma vez que, sendo a “norma culta discriminatória” e o “falar incorreto legítimo”, a escola fica sem função claramente definida. Havelock, em *A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais*, mostra como o advento da escrita e da gramática foi de grande eficácia, pois qualquer sistema de escrita que reproduzisse tão somente a língua falada estaria sujeito a flutuações e variâncias no espaço e no tempo que culminariam em comprometer sua função social de comunicação e de clareza e, por isso, baseada em um elevado grau de convenção. Que se pense na dificuldade de compreensão dos textos renascentistas europeus quando, justamente, não estavam normatizadas as pessoas verbais, prejudicando reconhecer quem era o enunciador.³⁵ As regras da gramática e sua historicidade – os movimentos de suas transformações – correspondiam à Lei pan-inclusiva no plano político universalizador de direitos e

34 Cf. PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Literatura para todos. Literatura e sociedade*, São Paulo: USP, FFLCH, DTTLC, n. 9, 2006.

35 Já os gregos, indicando um sistema político e social baseado no segredo da informação e no poder despótico de um monarca, separavam gregos e bárbaros segundo o critério da comunicação através da circulação da palavra que fosse inteligível. Bárbaros “balbuciavam”, “rugiam”, não tinham clareza na comunicação. Cf. FERREIRA, José Ribeiro. Hélade, pan-helenismo e identidade helênica. In: FIALHO, Maria do Céu; SILVA, Maria de Fátima S.; PEREIRA, M. H. Rocha (coords.). *Gênese e consolidação da ideia de Europa, de Homero ao fim da época clássica*. Portugal: Universidade de Coimbra, 2003. v. I.

propiciadora de uma *philia* coletiva na diversidade de suas manifestações, fundada na ideia de Bem Comum, experiência em declínio na privatização das leis (discriminações positivas, sistemas de cota, particularismos jurídicos, étnicos, religiosos, linguísticos etc., o que Freud denominou “o narcisismo das pequenas diferenças”). Pode-se aqui lembrar Guimarães Rosa quando se contrapõe à maneira de Mário de Andrade “abrasileirar” a todo custo a língua portuguesa,

[...] de acordo com postulados que sempre achei mutiladores, plebeizantes e empobrecedores da língua [...]. Mário apoiava-se na sintaxe popular, filha da ignorância, da indigência verbal, que leva a frouxos alongamentos, a uma moleza sem contenção. Ao contrário, procuro a condensação, a força, as cordas tensas.³⁶

Com isto, Guimarães Rosa chama a atenção para o estado de iletrismo dos brasileiros, em muito devido à atitude das elites que não realizaram nem realizam qualquer diálogo entre as classes, pouco dispostas a compartilhar sua cultura. A pobreza gramatical e de vocabulário a que Guimarães Rosa se refere é a da língua praticada nas cidades, a língua que desconhece a tradição escolar, ensinada precariamente e sem padrão literário, seguindo a língua oral padronizada pela mídia escrita ou televisiva, tendendo a fórmulas prontas, monossílabos e gíria, de tal forma que, quando se trata de leitura, o sentido da frase não é apreendido, o analfabetismo funcional se expõe. Os falantes do sertão, diversamente, criam palavras quando confrontados, como poetas, às insuficiências da língua. Por isso, os falantes do sertão “têm retórica”, isto é, estilo. A desregulamentação da língua corresponde à mudança do papel existencial da linguagem e da literatura na vida social, reduzida a simples operacionalidade.

Na impossibilidade de discernir valores – entre o verdadeiro e o falso, o bom gosto e o mau gosto, o sublime e o grotesco – a literatura não é mais considerada elaboração literária, do pensamento e da sensibilidade. Não é mais arte, mas “expressão” – de gênero, de etnia, de classe, de uma época. A língua fica assim confinada a particularismos no estilo dos “estudos culturais” à aceleração das informações e ao aprendizado na forma da distração e do entretenimento. O capitalismo contemporâneo não

36 Cf. ROSA, Guimarães. Correspondência, carta de 3 nov. 1964. Apud BOLLE, Willi. *grandesertao.br*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2004, p. 408. Poder-se-ia acrescentar que a permanência da língua apenas oral, sem elaboração, em desfavor da língua gramatical, é o prolongamento e a manutenção da infância na idade adulta, “infantilismo” que pode, talvez, ser compreendido à luz das análises de Sérgio Buarque de Hollanda em *Raízes do Brasil*, quando considera a pregnância em nossa fala de diminutivos e as formas de tratamento entre as pessoas preferencialmente pela referência ao nome sem o sobrenome.

aceita o longo prazo, em função das taxas de amortização rápida requeridas pelo capital investido. Em uma democracia, ao contrário, “o nível de vida social não se mede pela quantidade de proteínas consumidas (...). A elevação do nível de vida é, antes de mais nada, a elevação da vida do seu espírito”.³⁷

Freud, em seu livro *A psicologia das massas e a análise do Eu*, reflete sobre o enfraquecimento da capacidade de sublimação após a Primeira Guerra, o que Paul Valéry expressa em termos de “queda tendencial do valor espírito”,³⁸ considerando-se agora que as formas contemporâneas de acúmulo e do acréscimo do capital determinam uma educação e uma cultura cuja atividade de pensamento é próxima a zero. “Pulsional”, este capitalismo significa “rebaixamento do rendimento intelectual”, abandono das práticas de transformação do impulso em desejo, favorecidas pela reflexão a que dispõem as disciplinas formadoras. Deste ponto de vista,

[...] sob a exigência da modernização do saber, da adaptação a realidades sociais novas, se produz um saber especializado e estreito, rapidamente ultrapassado e sem utilidade. Produz-se no pensamento uma perda de inteligibilidade, uma perda de sentido, uma especialização sem finalidade ou razão, uma ilegitimidade [...]. O indivíduo contemporâneo quer ser informado e não educado [...], ele é tendencialmente ineducável [...]; uma coisa é pedir educação, outra é ser capaz de recebê-la.³⁹

Porque a educação é a instituição nobre por excelência do “processo civilizatório”, Norbert Elias, em seu livro *A civilização dos costumes*, acompanha a passagem do cavaleiro – o militar mundano que age como “um leão” – ao cortesão “cortês” e “gracioso”, que age com “disciplina” e “arte”. Antídoto à violência guerreira, a boa educação, a mesura, a sobriedade, a contenção – a “graça” – eliminam a rudeza, constituindo a urbanidade. Ao tratar do *Ancien Régime*, Taine, por sua vez, escreve: “[os homens] atingem, ao mesmo tempo, a extrema fraqueza e a extrema urbanidade. Quanto mais uma aristocracia se torna polida, mais ela se desarma”.⁴⁰ No Antigo Regime, a Igreja

37 STIEGLER, Bernard. *Reenchanter le monde*. Paris: Flammarion, 2004, p. 170.

38 Trata-se de um enunciado de Paul Valéry. Cf. *La crise de l'esprit*. Paris: Gallimard, 1978.

39 HAROCHE, Claudine. L'appauvrissement de l'espace intérieur dans l'individualisme contemporain. *Revue Variations*, outono de 2005, número temático “La théorie critique, héritages hérétiques”.

40 Cf. TAINÉ, Hippolyte. L'Ancien Regime. In: *Les origines de la France contemporaine, L'Ancien Régime, La Révolution*. Paris: Robert Laffont, 1986, p. 125; ELIAS, Norbert. *La civilisation des moeurs*. Trad. Cristina Prado. Paris: Calmann Lévy, 1973.

encaminha os nobres para a Cavalaria, visando a conter ou canalizar a violência, fixando prazos durante os quais fica proibida a guerra entre os barões, dirigindo o espírito bélico para os inimigos da fé cristã – muçulmanos ou pagãos da Europa Oriental ou hereges do sul da França. Os torneios representam uma mímica guerreira, com a vantagem de as armas serem artificiais. Todo tipo de excesso é aí contido.

Se a educação não é mais compreendida como dimensão de convivibilidade, a literatura perde o sentido da experiência intelectual e ética, o que resulta no debilitamento cognitivo, no aumento e saturação de informações, segundo uma perspectiva cumulativa que é desestima do saber. Com respeito a isso Bento Prado Jr. reflete sobre a “pobreza intelectual” e a “escalada da insignificância” na leitura e na escrita universitária contemporânea, que se detectam no declínio do gênero literário e filosófico ensaio, que Montaigne, Camus, Sartre, Cioran, Merleau-Ponty, Adorno, Benjamin e ele próprio praticavam:

O ensaio se situa entre o conceito e a intuição poética, privilegiando sua função mediadora [...], sem a qual o conceito é vazio e a intuição cega [...]. Entre filosofia e literatura, trata-se de recuperar o poder de verdade da literatura [...] e de devolver à filosofia uma linguagem viva que ela perdeu em sua produção/ reprodução intramuros nas instituições escolásticas [...]. [O ensaio] foi substituído pelo gênero *trash* do *paper*, inventado pela universidade norte-americana (segundo o lema *publish or perish*) e multiplicado pela indústria dos congressos no mundo globalizado.⁴¹

O criticismo significa, no ensaio como forma filosófica, libertar-se daquilo que Kant denominava *Schulphilosophie* – a *filosofia escolar* – trazendo de volta a disponibilidade ao pensamento, a dúvidas, a hesitações e contradições, isto é, à liberdade, no sentido contrário à escolarização da filosofia que é indissociável, esta, de sua tecnificação. Como observa Bento Prado Jr: “o interesse propriamente filosófico das técnicas conceituais não está justamente em seus *limites*, como insistia Platão na Carta VII e Wittgenstein em todos os seus escritos?”⁴²

A cultura humanista se desenvolveu a partir da literatura e da filosofia, pois estas se encontram duradouramente vinculadas a suas origens de laço social, de *philia*, de afeição, ternura, admiração, sublimação e convivência: “sem *philia* não há futuro político, isto é, paz social.” Nesta proximidade convival cultiva-se

41 PRADO JR., Bento. Prefácio. In: SARTRE, Jean-Paul. *Situações I*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

42 Cf. Apresentação ao livro de Jeanne Marie Gagnebin, *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006, orelha.

o *savoir-faire* e o *savoir-vivre*, a educação conseguindo, a partir destes saberes, formas de superego e de sublimação que os gregos denominavam *demos* [...]. Por natureza, o mercado não pode produzir nenhum tipo de *philia* porque seus objetos são, por princípio, calculáveis e sempre descartáveis, enquanto que os objetos de *philia* [nem valor de uso, nem valor de troca, mas valores de puro afeto] e por isso não têm preço algum.⁴³

O preterimento da literatura e de seus autores tem lugar na hegemonia dos conhecimentos técnicos, desvinculados, por sua vez, da própria cultura científica, tendendo à substituição da lei pela regra, da regra pela fórmula para o funcionamento automático do sistema informacional, indiferente a conteúdos, produzindo-se *incivilidade*: “a economia de mercado evolui para uma sociedade de mercado, para o desenvolvimento da ‘sociedade da informação’. Sociedade de mercado é, por isso, a da dissociação”.⁴⁴ Neste sentido, o enfraquecimento do “prestígio das disciplinas literárias” é acompanhado pela regressão da ideia de constituir-se um povo – esse amor da nação por ela mesma. Neste sentido, todas as formas de integrismo e comunitarismo, de identidades e “discriminações positivas” inscrevem-se no “desaparecimento da *philia* política, vindo a ser uma *erstaz* de *philia* que tenta dissimular o desamor político transferindo a *philia* para *fantasmas* comunitários, portadores de graves conflitos e regressões [étnicas] e xenóforas”.⁴⁵ A linguagem se restringe à informação e está, sem mediações, a serviço da sociedade capitalista: “o capitalismo de serviços generaliza um processo de proletarização em que os produtores perdem seu *savoir-faire*, enquanto os consumidores perdem seu *savoir-vivre* – e, por isso mesmo, a vida perde seu sabor, se é verdade que os saberes são o que – enquanto *saperes*, torna o mundo saboroso, e o mundo só o é com a condição de ter sabor, o que supõe um saber-estar-no-mundo, o que justamente se denomina *saber-viver* e, até mesmo, arte-de-viver e que em seu conjunto forma uma civilidade, uma *politesse*”,⁴⁶ uma felicidade, uma *alegria de viver*.

O conhecimento da língua por sua literatura – isto é, através de sua elaboração literária – caracteriza a “vida do espírito”, o que se poderia compreender com a expressão pascaliana *esprit de finesse*. Em seu ensaio “Dos riscos que se corre nas Ciências Sociais” Gabriel Cohn traduz o sentido deste *savoir-faire* para o registro

43 STIEGLER, Bernard. *La télécratie contre la démocratie*, op. cit., p. 16-110.

44 Ibidem, p. 88.

45 Ibidem, p. 70.

46 Cf. STIEGLER, Bernard. *Ars industrialis*. Paris: Flammarion, 2006, p. 45.

da Universidade, chamando a atenção para o que a caracteriza nos moldes humanista e iluminista, a formação universitária que deve conter método no conhecimento e exercício lúdico ou, tomando de empréstimo as palavras de Pascal, *esprit géométrique et esprit de finesse*:

Rigor e finura: sem o concurso de ambas não há como bem formular os problemas, nem como orientar-se nas intrincadas vias de sua solução. Trabalhar bem com ambas essas dimensões é um dos maiores desafios da formação universitária [...]. Pois é a preocupação de juntar o rigor com a finura que mais nitidamente separa a formação do adiestramento especializado, do *training*. Os modelos europeus do início do século xx que inspiraram a USP na fase de sua implantação (basicamente o francês e o alemão, com o primeiro incidindo mais nas 'humanas' e o segundo nas 'exatas') contemplavam a questão da formação. O modelo norte-americano, que aos poucos foi-se instalando e vai se tornando hegemônico, tem como foco a ideia do *training*. [Trata-se] de enfrentar a articulação entre rigor e finura [...], a questão de como converter a universidade no ambiente mais propício ao aprendizado e ao exercício de formas de inteligência capazes de associar as mais severas exigências da atividade analítica com a capacidade de perceber relações finas que escapem das malhas dos mais poderosos esquemas formais.

A língua contemporânea, sob a hegemonia do inglês vernacular e técnico, dispensa a elaboração literária, a aquisição de um repertório de formulação cultural: “o inglês que hoje se impõe ao mundo inteiro”, escreve Marc Fumaroli,

é menos comparável à *koiné* do Mediterrâneo romano e mais à língua franca do Mediterrâneo pós-cruzadas: assim é justamente esse caráter sumário, cômodo, elementar, passivo, que não pede nenhum compromisso de seus locutores, nem na maneira, nem na matéria das palavras, o essencial em sua força de atração.⁴⁷

Autores como Jeremy Tunstall consideram o inglês a língua mais apta a ser difundida pelos meios de comunicação. Em seu livro *The media are american*, o autor anota:

A mídia em inglês está relativamente isenta da separação entre as formas alta e vulgar, comparada ao alemão [...]. O inglês contém a maior variedade de frases incisivas e, comparado, por exemplo, ao francês, a versão em língua inglesa é normalmente mais abreviada que

⁴⁷ FUMAROLI, Marc. *Quand l'Europe parlait français*, op. cit., p. 23.

palavras simples que podem ser eleitas para o uso dos meios de comunicação; comparado, por exemplo, ao francês, a versão da língua inglesa é mais abreviada que qualquer outra língua.

Também o inglês tem uma gramática mais simples comparada a outros idiomas concorrentes, como o russo. A língua inglesa é a que mais se adapta “à publicidade, às manchetes de jornal, frases de impacto, rodapés de fotos, canções *pop*, trocadilhos de *disc jockey*, *flashes* e músicas para comerciais”.⁴⁸ Em outras palavras, certa facilidade gramatical favorece o aprendizado elementar da língua, o que a predispõe à comunicação oral, pragmática e instrumental na escrita, sem complexidade nem estilo.⁴⁹

A perda do sentido das elaborações literárias e de suas relações finas, do sentido das regras gramaticais como compartilhamento de um bem público, decorre do processo de proletarização no conhecimento convertido em *know-how*, acompanhando a mesma lógica do trabalho do proletário, que – perdendo seu *savoir-faire*, que passa à máquina ou para a gestão empresarial – se torna pura força de trabalho. Proletarização no conhecimento significa, pois, perda do sentido do saber e do fazer. Quanto àquele que desconhece as regras da língua, ignora suas modulações, perde um campo de experiências éticas e linguísticas, um *savoir-vivre* ⁵⁰. A língua literária possui não apenas dimensão política mas sobretudo ética. Como notou Guimarães Rosa: “a língua é metáfora da sinceridade. Apenas renovando a língua é que se pode renovar o mundo. Minha língua [...] é a arma com a qual defendo a dignidade do homem”.

Olgária Matos é professora aposentada da Universidade de São Paulo e professora visitante da Universidade Federal de São Paulo. Estudiosa da Escola de Frankfurt, é autora de *Contemporaneidades* (Lazuli, 2009); *Adivinhas do tempo: êxtase e revolução* (Hucitec, 2008); *Discretas esperanças: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo* (Nova Alexandria, 2006) entre outros.

48 Cf. TUNSTALL, Jeremy. *The media are american*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1977, p. 127-9.

49 Para uma discussão mais apurada do inglês como língua global – e não “internacional” – no horizonte pós-colonial, imperialista e de domínio da tecnociência, cf. ORTIZ, Renato. *Mundialização, saberes e crenças*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

50 Cf. NUNES, Benedito. *Ética e leitura. Crivo de papel*. São Paulo: Ática, 1998 e LEOPOLDO E SILVA, Franklin. A dimensão ética da palavra. *Tempo social*, São Paulo, v. 8, n. 2, out. 1996.